



67L

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0332068-5
COMARCA: Serra Talhada
APELANTE: Município de Serra Talhada
APELADA: Maria Pastora de Souza Pereira
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PEDIDO DE REDUÇÃO, PARA FIXAÇÃO ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL. FORMA DE INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A matéria devolvida à apreciação desta Corte cinge-se a duas questões: (i) avaliar a adequação da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais à razão de 10% sobre o valor da condenação e (ii) examinar a correção da sentença impugnada no tocante à estipulação dos percentuais cabíveis a título de juros de mora. 2. A norma processual constante do § 4º do art. 20 do CPC consubstancia permissivo para que o juiz, diante das hipóteses ali descritas, estipule o montante da verba honorária sem limitar-se aos percentuais estabelecidos no § 3º do art. 20 do CPC, *facultando-lhe*, inclusive, a fixação de tais honorários em valor certo/fixo. 3. Em hipóteses que tais, os honorários advocatícios sucumbenciais não podem ser arbitrados em valor ínfimo – o que resultaria em aviltamento do exercício da advocacia, função essencial à justiça –, nem devem ser estipulados em valores exagerados, o que implicaria em enriquecimento sem causa. 4. *In casu*, não há que se cogitar de excesso, sendo certo que a base de cálculo da verba honorária não implicará em valor expressivo, sobretudo levando-se em conta que o feito diz respeito a uma única servidora e já tramita há nove anos. 5. Quanto à segunda questão acerca da fixação dos percentuais aplicáveis a título de atualização monetária e de juros moratórios, deve-se observar a orientação normativa contida no art. 1º-F da Lei Federal nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.960/2009. 6. Ressaltou-se, nesse ponto, que – de acordo com o entendimento firmado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do REsp nº 1.205.946/SP, submetido ao rito previsto no art. 543-C do Código de Processo Civil (Recursos Repetitivos), e na esteira da compreensão expressada pelo Supremo Tribunal Federal – a Lei Federal nº 11.960/2009 é norma de natureza eminentemente processual e deve ser aplicada de imediato aos processos pendentes. 7. Na hipótese dos autos, quanto aos juros de mora, impõe-se a aplicação do percentual de 1% ao mês, no período anterior a 24/08/2001, data de publicação da Medida Provisória nº 2.180-35, que acresceu o art. 1º-F à Lei Federal nº 9.494/97; do percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP nº 2.180-35/2001 até o advento da Lei Federal nº 11.960, de 30/06/2009, que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei nº 9.494/97; e, por fim, a aplicação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.960/2009, no período subsequente a 29/06/2009, data da edição dessa última lei. 8. Apelo parcialmente provido. 9. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0332068-5, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0332068-5
COMARCA: Serra Talhada
APELANTE: Município de Serra Talhada
APELADA: Maria Pastora de Souza Pereira
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível**, interposta em face de sentença proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada, nos autos da **Ação Ordinária de Cobrança** nº 238.2005.000131-4, que julgou **procedente** o pedido da autora, ora apelada, e condenou o **Município de Serra Talhada** *"a pagar à requerente, nos autos qualificada, o valor referente aos salários dos meses de dezembro/2000 e dezembro/2004 e 13º salário dos respectivos anos, cujo montante deverá ser acrescido dos juros de mora, a partir da citação, computados no percentual 0.5 (meio por cento) ao mês até a vigência do CC/02 e, a partir desta data, incidentes juros de 1% ao mês, além de correção monetária, observados os índices legais"*, além de condená-lo ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais à razão de 10% do valor da condenação.

No caso em tela, pleiteia a autora/apelada, servidora pública municipal, o pagamento dos salários atrasados referentes aos meses de dezembro de 2000 e dezembro de 2004, bem como o 13º salário dos respectivos anos, tudo acrescido de juros moratórios e correção monetária (fls.03).

O Município sucumbente – sem discutir a condenação no pedido principal – interpôs recurso de apelação (fls. 34/38), alegando, em síntese, que: (i) seria indevida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios no patamar de 10%, de modo que *"a verba honorária deverá ser fixada consoante apreciação eqüitativa, devendo-se, inclusive, ser fixada num percentual menor do que 10% previsto no art. 20, § 3º do CPC, mormente por se tratar de Fazenda Pública Municipal e por ser causa de pequeno valor"*; (ii) os juros de mora teriam sido aplicados em percentual superior ao permitido por lei.

Nessa perspectiva, requer a reforma da sentença recorrida, com a redução do valor da verba honorária sucumbencial e dos juros de mora ali estipulados.

Em suas contra-razões (fls. 41/44), pugna a apelada pela manutenção da sentença vergastada.

É o essencial a relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 02 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

68
t

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0332068-5

COMARCA: Serra Talhada

APELANTE: Município de Serra Talhada

APELADA: Maria Pastora de Souza Pereira

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

De proêmio, anoto que, em razão da interposição do apelo em tela, a matéria devolvida à apreciação desta Corte cinge-se a duas questões: (i) avaliar a adequação da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais à razão de 10% sobre o valor da condenação e (ii) examinar a correção da sentença impugnada no tocante à estipulação dos percentuais cabíveis a título de juros de mora.

Pois bem.

Quanto à primeira discussão, evidencia-se, com a devida vênia, a insubsistência da pretensão recursal em apreço.

Isso porque a previsão encartada no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, não impede que o magistrado – mediante apreciação eqüitativa e atendidas as diretrizes contidas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do § 3º daquele mesmo artigo – fixe o montante devido a título de honorários advocatícios sucumbenciais em percentual do valor da condenação.

Em outras palavras: a norma processual constante do § 4º do art. 20 do CPC consubstancia permissivo para que o juiz, diante das hipóteses ali descritas, estipule o montante da verba honorária sem limitar-se aos percentuais estabelecidos no § 3º do art. 20 do CPC, *facultando-lhe*, inclusive, a fixação de tais honorários em valor certo/fixo.

Neste caso concreto, impõe-se consignar a correção da fixação da verba honorária sucumbencial promovida pelo Juízo *a quo*.

Com efeito, em hipóteses que tais, tenho adotado o entendimento de que os honorários advocatícios sucumbenciais não podem ser arbitrados em valor ínfimo – o que resultaria em aviltamento do exercício da advocacia, função essencial à justiça –, nem devem ser estipulados em valores exagerados, o que implicaria em enriquecimento sem causa.

In casu, não há que se cogitar de excesso, sendo certo que a base de cálculo da verba honorária não implicará em valor expressivo, sobremodo levando-se em conta que o feito diz respeito a uma única servidora e já tramita há nove anos.

No ponto, revela-se, pois, escoreita a sentença proferida na instância originária.

69
r

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Quanto à segunda questão suscitada no apelo ora analisado, tenho que a pretensão recursal em exame merece parcial acolhimento.

A respeito do tema (fixação dos percentuais aplicáveis a título de atualização monetária e de juros moratórios), deve-se observar a orientação normativa contida no art. 1º-F da Lei Federal nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.960/2009, cujo teor transcrevo a seguir:

“Art. 1º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. (Redação dada pela Lei nº 11.960/09)”

Impende ressaltar, nesse ponto, que -, de acordo com o entendimento firmado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do Recurso Especial nº 1.205.946/SP, submetido ao rito previsto no art. 543-C do Código de Processo Civil (Recursos Repetitivos), e na esteira da compreensão expressada pelo Supremo Tribunal Federal – **a Lei Federal nº 11.960/2009 é norma de natureza eminentemente processual e deve ser aplicada de imediato aos processos pendentes.**

Naquela oportunidade, “frisou-se não se tratar de retroatividade de lei, mas sim de incidência imediata de lei processual sob a tutela do princípio tempus regit actum, de forma a não atingir situações jurídico-processuais consolidadas sob o regime de lei anterior, mas alcançando os processos pendentes que se regem pela lei nova. Daí, concluiu-se que os valores resultantes de condenações proferidas contra a Fazenda Pública, após a entrada em vigor da mencionada lei, devem observar os critérios de atualização (correção monetária e juros) nela disciplinados, enquanto vigorarem. Por outro lado, no período anterior, tais acessórios deverão seguir os parâmetros definidos pela legislação então vigente” (cf. Informativo de Jurisprudência nº 485 do Superior Tribunal de Justiça).

Dessa forma, “tratando de condenação imposta à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, os juros de mora incidirão da seguinte forma: (a) percentual de 1% ao mês, nos termos do art. 3.º Decreto n.º 2.322/87, no período anterior à 24/08/2001, data de publicação da Medida Provisória n.º 2.180-35, que acresceu o art. 1.º-F à Lei n.º 9.494/97; (b) percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP n.º 2.180-35/2001 até o advento da Lei n.º 11.960, de 30/06/2009, que deu nova redação ao art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/97; e (c) percentual estabelecido para caderneta de poupança, a partir da Lei n.º 11.960/2009” (STJ - REsp 937.528/RJ, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJe de 1º/9/11).

Na hipótese dos autos, quanto aos juros de mora, impõe-se a aplicação do percentual de 1% ao mês, no período anterior a 24/08/2001, data de publicação da Medida Provisória nº 2.180-35, que acresceu o art. 1º-F à Lei Federal nº 9.494/97; do percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP nº 2.180-35/2001 até o advento da Lei Federal nº 11.960, de 30/06/2009, que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei nº 9.494/97; e, por fim, a aplicação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com as alterações





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

introduzidas pela Lei nº 11.960/2009, no período subsequente a 29/06/2009, data da edição dessa última lei.

Por todo o exposto, **dou provimento parcial** ao **apelo**, apenas para determinar que a aplicação dos juros de mora incidentes sobre a condenação imposta à Fazenda Pública seja efetuada de acordo com a sistemática aqui explicitada, mantidos os demais termos da sentença.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator